

Catecumenato Permanente — um Desafio que Permanece

Martin Volkman

1. Introdução

Para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), este ano de 1994 representa certo marco histórico. Talvez não tão significativo como os 25 anos de constituição da IECLB nesta sua estrutura atual, data esta que passou totalmente despercebida no ano que passou. E talvez também não tão significativa como os 45 anos de fundação da Federação Sinodal, em 1949, que foi de fato o início da IECLB como *uma* Igreja luterana no Brasil. Mas, apesar de não representar um fato tão significativo em termos de organização eclesiástica, este ano de 1994 lembra mesmo assim um momento que poderia ter tido também grandes conseqüências em termos de compreensão e organização da IECLB: trata-se da lembrança dos 20 anos de aprovação do Catecumenato Permanente no IX Concílio Geral, realizado de 17 a 20 de outubro em Cachoeira do Sul. Por coincidência, o Concílio Geral deste ano acontecerá na mesma cidade, no mesmo período.

A Diretoria do Instituto de Educação Cristã (IEC) acha que esse fato não poderia passar em brancas nuvens. Não poderíamos deixar de refletir neste ano sobre o que essa idéia de Catecumenato Permanente continha e ainda contém de importante para a nossa Igreja. Seria muito lamentável se não aproveitássemos este marco histórico para nos questionarmos sobre os motivos que levaram a que essa idéia fosse tão rapidamente abandonada de novo. Justamente nós no IEC estamos convencidos de que essa idéia não pode ser abandonada tão facilmente. Porque um dos aspectos centrais desse projeto está intimamente vinculado com a essência deste Instituto: a educação cristã. Não foi por mera coincidência que, poucos anos após a aprovação daquela moção no Concílio, foi criado o Instituto Superior de Catequese e Estudos Teológicos — o IS CET, que é o antecessor direto do IEC.

Foi por isso que a Diretoria do IEC decidiu organizar no mês de outubro um Simpósio sobre Catecumenato Permanente para, num primeiro momento, relembrar aqueles momentos de reflexão e de decisões. Mas também para procurar resgatar aquela idéia e tentar ver onde ela frutificou nos trabalhos da Igreja e onde ela ainda pode vir a produzir frutos. Porque nós estamos convencidos de uma coisa: o Catecumenato Permanente não morreu. Ele não pode morrer. É este também o motivo de eu ter escolhido este assunto como tema para esta aula inaugural, no início das atividades deste ano.

Mas antes que alguns de vocês, que nem tinham nascido ainda há 20 anos atrás, ou que outros, que já estão por algum tempo aqui na EST, mas que também nunca ou muito pouco ouviram falar desse assunto desistam de continuar comigo a reflexão, vou tentar explicar um pouco o que foi esse há anos tão falado e por alguns até odiado Catecumenato Permanente. Estruturei esta minha reflexão em torno dos seguintes tópicos: inicialmente traço alguns dados históricos que desencadearam essa idéia. A seguir aponto para pressupostos teológicos e didático-pedagógicos do Catecumenato Permanente. Num terceiro momento procuro relembrar alguns frutos que surgiram e, finalmente, aponto para o desafio que permanece.

2. Um Pouco de História

Sabemos de experiência com outros movimentos que uma idéia não nasce do nada nem surge de uma hora para outra. Todo movimento, toda organização, toda idéia nova tem seu período de gestação e amadurecimento. Com o Catecumenato Permanente não poderia ter sido diferente. Aliás, se ele foi esquecido tão rapidamente, será que teve um período suficientemente longo para amadurecer e poder dar os seus frutos? Mas antes de continuar nesta linha, vejamos em que útero esse fruto foi gestado.

Recordemos que poucos anos antes (1968!) a IECLB optara por uma nova forma de organização que visava destacar ainda mais a sua presença como uma Igreja só em todo o Brasil. Surgiram as regiões eclesiais, quatro inicialmente. O Sínodo do Brasil Central, com a incorporação do Espírito Santo, passou a ser a RE I; o SELU, na área de Paraná e Santa Catarina, se tornou a RE II; e o Sínodo Riograndense foi subdividido em duas regiões, permanecendo a RE IV na antiga sede (São Leopoldo) e a RE III surgindo de certa forma num espaço novo, onde antes não havia um centro próprio. Talvez justamente por isso é que é nesta área que se buscava ser Igreja de forma nova. O tema “Igreja missionária” foi assumido de corpo e alma, permanecendo por diversos concílios regionais nos primeiros anos. O seu primeiro pastor regional, P. Germano Burger, tinha sido anteriormente o encarregado de incrementar a mordomia cristã. Era, na época, nos anos 60, um programa de edificação e de dinamização da vida comunitária. Essas idéias sem dúvida ele levou junto para a nova região. Mas na própria região idéias novas estavam em gestação, de maneira que o tema “Igreja missionária” vinha ao encontro dessa busca de uma Igreja presente e atuante em seu contexto. Não é por menos que, entre algumas pessoas com mais idade e já um pouco mais acomodadas a certo estilo de vida e de trabalho, a RE III era chamada de “jardim de infância” da IECLB. Não tanto por ser uma Região mais “nova”, mas por se encontrarem lá os obreiros mais novos em idade. E estes geralmente também têm muitas idéias e propostas novas de atuação na Igreja e como Igreja. Já naquela época não era diferente.

E foi nessa Região, mais especificamente no DE Uruguai, que foi sendo preparado e posteriormente exercitado um novo modo de ser Igreja: o Plano Integrado de Ação Interparoquial (PIAI). Não convém aqui descrever todo este plano. Edson Streck fez isso muito bem em sua dissertação de Mestrado. Quero aqui apenas apontar para a filosofia desse plano: “O PIAI não é apenas uma estrutura, mas muito mais uma diretriz de trabalho que visa a formação de líderes responsáveis e dispostos a testemunhar a sua fé.” Porque o PIAI consistia numa ruptura com o modelo tradicional de pastor. Ao invés de os pastores atenderem as comunidades em todas as suas necessidades, os próprios membros, com plena consciência de que eles são sacerdócio geral, assumem a coordenação da vida comunitária. “Os pastores, por isso, vão preocupar-se principalmente em instruir e formar estas pessoas para isto (...) Os respectivos pastores se comprometem a preparar esses membros, fornecendo inclusive o material necessário”, como consta na resolução do Concílio Distrital de 1971.

Quer dizer, numa área específica comunidades experimentaram uma nova maneira de ser Igreja. Junto com essas comunidades, obreiros buscaram uma nova compreensão de sua função e juntos exercitaram isso por determinado período.

Ao lado dessa experiência, um segundo foco de reflexão direcionou os acontecimentos para a implantação do Catecumenato Permanente. Trata-se da “Comissão de Reestudo e Atualização do Ensino Confirmatório”, nomeada pelo Conselho Diretor e coordenada pelo Departamento de Catequese. Como o nome já diz, essa comissão tinha a função de reestudar o ensino confirmatório, tanto em relação à prática (duração, idade, metodologia) quanto em relação ao material em uso no mesmo. Porque até aquela época, praticamente o único material didático disponível era o *Livro de Doutrina*, com o Catecismo Menor de Lutero como a parte mais importante. Sentia-se a necessidade de avaliar a questão do material didático, uma vez que o Catecismo de Lutero não atendia mais às necessidades da época. Por um lado, a linguagem das explicações se tornou tão difícil para os jovens que as mesmas já não explicam, mas devem ser explicadas, por sua vez. Por outro lado, a realidade do jovem do séc. XX, mesmo no ambiente rural, é muito diferente daquela refletida no Catecismo Menor, que tem por horizonte uma ordem agrícola-feudal (veja, por exemplo, as explicações do 9º e do 10º mandamentos e do 1º artigo). Além disso, a prática tradicional de fazer do Catecismo um livro a ser decorado durante o ensino confirmatório tornava este ensino, além de alienante, altamente desinteressante.

Essa carência de material didático para o ensino confirmatório levou o pessoal do DE Uruguai a elaborar subsídios novos para o seu trabalho. Além dos motivos acima apontados com relação ao Catecismo de Lutero, não podemos deixar de considerar que, no PIAI, havia uma grande equipe de colaboradores que orientavam os diversos grupos nas diferentes comunidades. E para esses orientadores havia necessidade de material didático. Foi assim que surgiu o material *Estrada da Vida*.

A Comissão tinha, pois, a incumbência de dar uma palavra sobre o ensino confirmatório em si, bem como sobre o material didático em uso e/ou a ser elaborado.

Cedo a Comissão descobriu que esse assunto não era tão simples assim e que um grupo pequeno não seria suficiente nem representativo para apresentar uma resposta. Foi então que decidiram realizar uma Miniconsulta, em novembro de 1973, em São Leopoldo, com vistas a um “reestudo global do Ensino Confirmatório e da Confirmação” (cf. Conclusões da Consulta). Antecedeu essa Miniconsulta e serviu de subsídio para a mesma um levantamento da realidade do ensino confirmatório e da confirmação (Cf. G. Burger, ed., *Quem Assume Esta Tarefa?*, p. 137-155). Na realidade, esse encontro foi apenas uma preparação para a Consulta que se realizou nos dias 3 e 4 de julho de 1974, em Ivoti, com o objetivo de “realizar uma ampla reflexão teológica e didático-pedagógica acerca do Ensino Confirmatório e da Confirmação, em busca de uma estratégia de ação concreta” (cf. Conclusões da Consulta).

Já a própria Miniconsulta apontara para a necessidade de um catecumenato permanente, uma instrução constante na fé. Por isso o convite para a Consulta saiu sob o título “Ensino Confirmatório ou Catecumenato Permanente”. A conclusão da Consulta apontou para a “necessidade urgente de ação da Igreja no sentido do Catecumenato Permanente (...), solicitando que o mesmo, pelo seu próprio conteúdo e pelo seu relacionamento intrínseco ao tema ‘Igreja Missionária’, seja incluído pelo Conselho Diretor na temática geral e nos vários grupos de trabalho do Concílio Geral da IECLB” (cf. Conclusões da Consulta).

E a própria Consulta definia o que se entendia sob Catecumenato Permanente: “É o processo de atuação da Igreja, que visa a maturidade do cristão, isto é, a sua liberdade integral através da vivência do evangelho em comunhão e a conseqüente ação responsável no mundo” (cf. Conclusões da Consulta).

No Concílio, apesar de algumas dificuldades no encaminhamento do assunto, a moção foi aprovada, passando o Catecumenato Permanente a ser assim a meta prioritária da IECLB nos anos seguintes.

Mas a simples aprovação da moção não iria significar que tudo já estivesse resolvido. Não significava que essa idéia já fora assimilada por todos, comunidades e obreiros, direção e departamentos. Porque o Catecumenato Permanente não era um programa. Era, antes de mais nada, uma idéia, uma filosofia, uma compreensão de princípio. Sobre isso falaremos logo mais adiante. Antes disso importa vermos um último aspecto sob o ponto de vista histórico.

Para que essa moção fosse concretizada, o Conselho Diretor nomeou a “Comissão de Implantação do Catecumenato Permanente”. Faziam parte da mesma o diretor do Departamento de Catequese, P. Reusch, o relator para Assuntos de Formação, Dr. Brakemeier, e um representante de cada RE: P. Schlieper (RE I), P. Schwanz (RE II), P. E. Schwantes (RE III) e P. Kirchheim (RE IV). Como

assessor participou também o P. Ricardo Wangen, professor de Teologia Prática na Faculdade de Teologia.

A primeira função foi detalhar essa moção para que em toda a Igreja se soubesse o que se entende por Catecumenato Permanente, para que o mesmo tivesse ampla aceitação em toda a Igreja e ficasse claro que o Catecumenato Permanente é essa idéia que deveria nortear toda a ação da Igreja.

O resultado desse trabalho é o documento “Discipulado Permanente — Catecumenato Permanente” (Cf. G. Burger, ed., op. cit., p. 87-106. O documento também consta em CEM, ed., *Aprendizagem e Vivência do Evangelho*, p. 74-98. Este livrinho é uma das primeiras publicações do Centro de Elaboração de Material, fruto dessa meta prioritária da IECLB. Em vários capítulos se faz uma análise do que significa concretamente essa idéia e quais as implicações da mesma na atuação da Igreja. Vale a pena ler este livro!). Neste documento inicialmente são aprofundadas algumas definições (O cristão como discípulo; Discipulado e comunidade; Aspectos didático-pedagógicos do discipulado cristão) e, a seguir, estabelecidos os objetivos a serem alcançados. Além disso, essa Comissão também se preocupou com as implicações práticas dessa “implantação”. Porque assumir essa idéia significava mexer com um monte de coisas. Significava mexer no fundo do poço da IECLB. Será isso mais um motivo para o rápido esquecimento do Catecumenato Permanente? Antes de seguirmos nesta linha, vejamos o que era essa idéia de Discipulado/Catecumenato Permanente.

3. Pressupostos Teológicos e Didático-Pedagógicos

Um aspecto que chama a atenção no documento elaborado pela Comissão é o título. A moção aprovada no Concílio falava apenas em Catecumenato Permanente. Agora se antepôs a este título a expressão “Discipulado Permanente”. Muda alguma coisa? Creio que sim. Este acréscimo amplia o horizonte e já especifica melhor como e o que se entende por catecumenato.

Lembremos que a origem de todo esse movimento está na preocupação com o ensino confirmatório. A insatisfação com a prática deste ensino, a constatação de que a formação na fé não pode se resumir a essa faixa etária levou a que se optasse, naquela oportunidade, pela expressão “Catecumenato Permanente”. Porque se queria resgatar a idéia de que, como Igreja, temos a incumbência de chamar as pessoas à fé, “que não é posse estática, mas um acontecimento de constante renovação” (Considerando para a moção), e que, como crentes, somos aprendizes constantes na fé. Quer dizer, o termo “catecumenato” visava destacar este aspecto da aprendizagem, que, por sua vez, não pode se resumir a um momento só, como se fosse possível “fazer formatura” em termos de fé, mas deve ser um processo contínuo. Por isso, permanente.

Mas já nos considerandos e na própria moção essa idéia de aprendizagem traz implícito o reverso da moeda, ou seja, a vivência do que se aprendeu. Diz-se, por exemplo, nos considerandos: “A Igreja deve testemunhar o evangelho ao homem em sua situação concreta, não o tirando do mundo, mas preparando-o para ser sal e luz do mundo.” E na moção em si se destaca que o Catecumenato Permanente visa “a maturidade do cristão (...), para vivência do evangelho em comunhão e conseqüente ação responsável no mundo”. E, especificando os objetivos, a seguir é dito que se visa “a capacidade da pessoa para uma vida responsável e consciente de testemunho e serviço no mundo”.

Portanto, desde o início Catecumenato Permanente e Discipulado Permanente formam uma unidade orgânica; são duas faces da mesma moeda. No entanto, a Comissão, ao aprofundar a reflexão em torno desta idéia, chegou à conclusão de que seria importante dar maior ênfase a esse caráter amplo de toda a vida de fé que a expressão discipulado encerra. Além disso, o termo “catecumenato”, apesar de seu parentesco com catecismo, catequese, catequista, não era um termo muito conhecido e por isso até levantava certas resistências. Por isso a ampliação do título para “Discipulado Permanente/Catecumenato Permanente”.

Com isso já está implícito que esta idéia não é apenas uma questão de métodos ou de organização. Não basta simplesmente desenvolver metodologias mais apropriadas e elaborar materiais mais atrativos para o ensino confirmatório. A preocupação não é apenas com um ou dois setores de trabalho dentro da Igreja. O que está em jogo é a compreensão de Igreja em si, bem como a maneira como ela se desincumbe de sua missão. Por isso, já na introdução do Documento se diz: “‘Discipulado Permanente’ designa basicamente uma teologia orientadora, uma concepção fundamental do trabalho na igreja e refere-se ao desencadeamento de um processo de ação concreta.” E mais adiante, ao detalhar os objetivos, consta: “Discipulado Permanente não designa algo que se pudesse ‘fazer’ ao lado de outras atividades, ele é antes uma meta do nosso crescimento e uma teologia orientadora do nosso trabalho em geral.” (Cf. Aprendizagem, p. 74 e 90.)

Dentro desse quadro geral, quero destacar a seguir quatro aspectos que marcam essa “teologia orientadora”.

a) A compreensão de Igreja. Tanto na moção quanto no Documento o centro das atenções está voltado para o cristão como indivíduo e como membro da comunidade. Diz-se na moção: “Visa a maturidade do cristão (...) para vivência do evangelho em comunhão e conseqüente ação responsável no mundo.” E o Documento afirma: “Catecumenato Permanente diz respeito à vida do cristão como discípulo e à vida da comunidade na totalidade do seu ser.” Assim esta idéia parte de um dos princípios básicos da Reforma e da IECLB: a Igreja é a comunhão dos crentes, a *communio sanctorum*. Na comunidade está a base da Igreja. Não é ali onde está a estrutura que está a Igreja. Não é ali onde determinadas formas de culto e de vida comunitária se solidificaram que está a Igreja. Mas ali onde pessoas

se sabem libertadas a partir de sua fé em Jesus Cristo e vivem em comunhão com os outros que também se nutrem desta mesma confiança — ali está a Igreja de Cristo.

A Igreja de Cristo são os discípulos. Isso a anteposição do termo “Discipulado Permanente” destaca. Discípulo é aquele que recebe do Mestre perdão, liberdade, esperança, nova vida. A obra de Cristo determina o que são os seus discípulos.

Mas o Cristo não é o Salvador apenas de indivíduos. Assim como cada discípulo individualmente vive dessa obra libertadora do Mestre, da mesma forma a comunidade. Também ela tem a sua existência na vida e morte do Cristo. O Cristo ressurreto está presente no mundo na sua comunidade. Por isso a comunidade é o corpo de Cristo e cada um individualmente é de Cristo à medida que faz parte deste corpo. Portanto, discípulo de Cristo eu sou porquanto vivo da obra salvífica de Cristo e na comunhão dos santos.

O Documento destaca este aspecto da relação membro/comunidade com os seguintes termos: “Não existe discípulo à parte da comunidade (...) Entre indivíduo e comunidade existe uma relação dialética: a. Por um lado, a comunidade existe em função do indivíduo (...) Na comunidade (...) o membro aprende o que é vida na fé e é capacitado para o exercício da sua missão (...) b. Por outro lado, porém, vale também o inverso: O discípulo de Jesus existe em função da comunidade (...) Em resumo, discipulado se realiza na simultaneidade de dar e receber.” (Aprendizagem, p. 82ss.)

b) A compreensão de discipulado. Este aspecto vem a complementar o que já acentuávamos no tópico anterior. Está muito difundida em nossos dias a compreensão de Igreja como um supermercado para questões religiosas. Busca-se a Igreja quando se tem necessidade de determinada função religiosa. Por exemplo, quando a pessoa se encontra desorientada ou emocionalmente abatida, ela procura um centro religioso para aliviar a sua tensão e buscar a solução para sua dificuldade. Ou em determinados momentos significativos da vida, por exemplo, no casamento, se procura a Igreja para dar mais brilho à cerimônia. Porém no mais a Igreja não importa. A Igreja como comunidade, como comunhão dos santos não é percebida. Não é assim que também são vistas as nossas comunidades por muitos que delas fazem parte?

Contrastando com essa compreensão, se define o ser cristão como discipulado. Cristãos são discípulos. E o que é discípulo em sentido cristão só se define adequadamente na relação com o Mestre. Não é um simples aluno, um aprendiz. É aquele que vive da obra salvífica do Mestre — assim o destacamos acima. Mas ser discípulo é também viver na dependência constante do Mestre; é ser seu aluno sempre. Ser discípulo “consiste em ser o cristão envolvido num processo de aprendizagem, permanente por definição” (Aprendizagem, p. 77). Aprendizagem de quê? Do próprio conteúdo e da base da fé, assim como nos foram legados no testemunho da Escritura. Mas ao mesmo tempo aprendizagem dessa base da fé no sempre novo confronto com a realidade da vida em que essa fé quer ser vivida.

Aprendizagem para quê? “Ela tem por meta o autêntico culto a Deus no mundo” (Aprendizagem, p. 84). Culto a Deus no mundo nada mais é do que a vivência da fé em todas as situações; é deixar a fé determinar toda a vida. Assim, junto com a base da fé que deve ser aprendida permanentemente, também a vivência desta no dia-a-dia deve ser aprendida. E vivência da fé é sempre convivência; é sempre um ato comunitário. “Ser um permanente discípulo de Cristo (...) significa (...) um permanente deixar transformar-se (sic!) por Cristo. Aprender cada dia a viver o amor e a liberdade, a esperança e a salvação oferecidas por Jesus Cristo a nós e aos nossos próximos.” (Aprendizagem, p. 28).

c) A compreensão de educação na fé. O ponto de partida para todo o movimento em torno do Catecumenato Permanente havia sido a preocupação em torno do ensino confirmatório. A formação na fé não pode se restringir a certa faixa etária. E ela não pode se basear em metodologias e materiais didáticos do passado, apenas. Nem pode reduzir a base da fé a um conteúdo mínimo a ser simplesmente engolido numa mera “decoreba”.

Em lugar disso, assim como o discipulado é um permanente deixar-se transformar pelo Cristo, vivendo totalmente na dependência dele, da mesma forma isso só é possível num permanente processo de aprendizagem sob este senhorio. Porém vale destacar novamente que isso não são duas etapas distintas, mas apenas dois lados da mesma moeda. Na vivência do discipulado eu aprendo sempre mais sobre a fé; e, ao progredir nessa aprendizagem, vou permanentemente vivenciando o discipulado.

Assim, essa aprendizagem constante de maneira alguma pode ser entendida como “doutrinação”. Porque neste caso a pessoa é mero objeto no qual são despejados os conteúdos. Em lugar disso, para corresponder ao discipulado, essa educação na fé deveria levar em consideração as seguintes exigências (cf. Aprendizagem, p. 88ss.):

— Objetivo norteador de todo processo educativo é a pessoa tornar-se sujeito de sua aprendizagem. Porque aprendizagem se dá através do encontro de dois sujeitos. Mesmo a criança pequena, bem como o jovem e a pessoa adulta — todos têm a contribuição própria na aprendizagem. São, pois, sujeitos em seu próprio desenvolvimento na fé. Com isso também fica evidente para eles que a aprendizagem não é a causa da Igreja ou do pastor ou do professor de educação cristã, mas é a causa deles mesmos. Por outro lado, pastor, catequista, orientador são mediadores importantes e necessários, mas a sua atuação nunca poderá levar à dependência do discípulo em relação a eles. “Educação cristã é educação para a liberdade (...) A aprendizagem na companhia de Jesus visa a uma comunidade de pessoas adultas na fé.” (P. 88.)

— Para que tal aconteça, a metodologia da educação cristã tem que ser necessariamente dialogal. O diálogo é característica do encontro de dois sujeitos; o monólogo é sintoma de superioridade, imposição, dominação. “O diálogo é

próprio da aprendizagem cristã por exprimir o caráter inacabado da mesma, por fazer jus à personalidade do educando e por conferir a este participação ativa no processo do seu crescimento.” (P. 89.)

— Sendo assim, a aprendizagem deve ter em vista despertar os dons de cada pessoa. Cada membro no corpo de Cristo tem a sua função. E o Espírito Santo concede a cada qual o seu dom. Aprendizagem na fé é descobrir esse dom e aperfeiçoá-lo para o serviço na comunidade de fé e na comunidade humana maior. Assim, a educação cristã deve oportunizar essa descoberta do dom e as possibilidades de serviço com o mesmo.

— Como membro da comunidade de fé a pessoa nunca deixa de ser habitante deste mundo. Por isso a aprendizagem na fé também sempre se dará dentro de um contexto histórico específico. O confronto com a realidade sócio-político-econômica, bem como com o mundo das idéias que sustenta essa realidade, faz parte desse processo de aprendizagem.

— Essa inserção na realidade contextual inclui também a abertura para novas descobertas didático-pedagógicas, sem desprezar a contribuição de antigos modelos. Não há um padrão de pedagogia cristã. Mas toda metodologia que respeite essas exigências e contribua para a vivência do discipulado deve ser aproveitada na educação cristã.

d) A compreensão de ministério. Há muito tempo se ouve que a IECLB é uma Igreja de pastores. A realidade de muitas de nossas comunidades, que esperam de seu pastor ou de sua pastora serem atendidas em suas necessidades religiosas, dá razão para essa acusação. Mas também há muitas pastoras e pastores que assumem uma postura de donas e donos das comunidades. Isso contradiz profundamente tudo o que vimos até agora sobre discipulado e aprendizagem na fé. E isso contradiz também o sentido do ministério.

O NT não nos apresenta um modelo único e acabado de ministério. Mas há certos princípios básicos que devem orientar a Igreja na organização de sua vida e no desempenho de sua missão.

— O ministério é da comunidade: ela recebeu a incumbência de anunciar a Palavra, de ministrar os sacramentos, de ensinar, de curar.

— Todo membro da comunidade participa desse ministério: ele faz parte do sacerdócio geral de todos os crentes e, como sacerdote, participa do serviço a Deus.

— Simultaneamente, essa tarefa é conferida a determinadas pessoas: apóstolos, profetas, mestres, evangelistas, bispos, diáconos, presbíteros.

— O ministério não é monopólio dessas pessoas, mas elas têm autoridade de falar em nome de Deus graças ao conteúdo do próprio ministério — a palavra de Deus.

A partir desses princípios a comunidade organiza os serviços, criando os ministérios que se fazem necessários e que melhor servem para desincumbir-se do ministério único de testemunhar o evangelho de Cristo.

Discipulado permanente necessariamente representa um questionamento profundo do modelo tradicional de pastorado, assim como também é um questionamento da compreensão tradicional de membro de comunidade e, por extensão, da forma de organização da comunidade e da Igreja maior.

A idéia de Catecumenato Permanente traz implícita a redescoberta do ministério multiforme. Não que isso tenha sido uma descoberta nova da Comissão de Implantação. É uma verdade antiga desde as origens da Igreja, acentuada na Reforma e defendida pela IECLB, como podemos ver claramente em *Nossa Fé — Nossa Vida*. A prática da IECLB, no entanto, é pastorcêntrica. E essa prática estava sendo posta em xeque por essa “teologia orientadora do nosso trabalho em geral”.

Da mesma maneira essa teologia representa um questionamento da forma de a Igreja se organizar. “A instituição Igreja tem a função de oportunizar a comunhão dos crentes e de oferecer as estruturas externas para a vida que nela surge e cresce (...) Necessitamos de estruturas que favoreçam a comunhão dos membros.” (Aprendizagem, p. 85s.) A maneira de nossas comunidades se estruturarem e de organizarem o trabalho favorece essa comunhão entre os membros? E a forma em que essas diferentes comunidades se estruturam na Igreja toda contribui para a comunhão entre as comunidades e para o melhor testemunho de Jesus Cristo no Brasil?

Em suma, o Catecumenato Permanente não queria ser nem era uma nova teologia. Ele tão-somente procurava levar a sério certos princípios básicos de nossa teologia desde a sua origem na época neotestamentária e da Reforma.

4. Conseqüências e Resultados

Revendo os arquivos da Comissão de Implantação, pode-se perceber a grande preocupação desse grupo em tentar planejar o trabalho da Igreja com vistas a que essa idéia não permanecesse apenas uma bela idéia, mas que essa “teologia orientadora” passasse a orientar realmente o trabalho na IECLB. Catecumenato Permanente não era nem poderia ser um simples programa de trabalho. Ele era uma concepção teológica, uma “teologia orientadora”. Mesmo assim, certas coisas precisavam ser planejadas e programadas. No Documento, no final, são apontadas algumas providências que seriam necessárias:

- promover uma reflexão sobre o discipulado;
- incrementar a formação teológica dos obreiros e dos membros;
- desenvolver e testar estruturas que promovam a comunhão;
- fazer uma revisão crítica dos métodos de trabalho quanto à sua contribuição para o discipulado;
- intensificar e aperfeiçoar a diaconia;
- formar uma equipe de produção de subsídios para o trabalho nesta linha de pensamento.

Portanto, não se tratava apenas de programar certas atividades ou de reestruturar alguns departamentos. Importava que a idéia em si criasse raízes e vingasse em toda a Igreja, em todos os níveis. E para tal era importante que também fossem criados determinados organismos e reorientados alguns trabalhos.

Nos anos que se seguiram é possível perceber algumas conseqüências concretas de todo esse movimento. Cito algumas.

a) A criação do Centro de Elaboração de Material (CEM). Ao lado dos centros de formação de obreiros, este centro era de vital importância para que a idéia vingasse. Porque se já havia carência de material específico para o ensino confirmatório, haveria necessidade muito maior de subsídios para o trabalho com todos os outros grupos. É bem verdade que esse Centro acabou não produzindo material conforme a Comissão havia imaginado: para cada faixa etária de crianças e de jovens; além disso, para os pais e adultos em geral, bem como para os grupos tradicionais existentes nas comunidades. Apesar disso não se pode desprezar a grande quantidade e variedade de material produzido por esse Centro nos anos de sua existência, de 1977 a 1990. A *Revista do CEM*, subsídios diversos sobre os temas de cada ano, material para o ensino religioso, subsídios sobre temas da atualidade, além da publicação de documentos importantes da IECLB. Além disso, o CEM coordenou e produziu material para diversos cursos e grupos de estudo sobre a fé sob o título *Redescoberta do Evangelho*.

b) A instalação do Instituto Superior de Catequese e Estudos Teológicos (ISCET), em 1977. A formação catequética na IECLB não iniciou com a criação deste Instituto. Já muito antes a Igreja se preocupou em preparar pessoas para a tarefa da educação cristã. Mas o ISCET foi gestado neste período e seu princípio de formação foi concebido no espírito do Catecumenato Permanente. Além disso, os formandos do ISCET foram obreiros muito importantes no desempenho da tarefa educativa da Igreja como um processo de ensino-aprendizagem. Os catequistas provenientes do ISCET deram e continuam dando uma contribuição muito valiosa na área da educação cristã dentro da IECLB.

c) Em combinação com a instalação de um curso de formação catequética a nível superior, o ISCET, e o gradativo envolvimento de seus egressos nos campos de trabalho na IECLB, surge ao lado do ministério pastoral um segundo grupo de obreiros com formação superior. Além disso, não se deve esquecer a instalação do Seminário Bíblico Diaconal, que passou a preparar mais pessoas, além das diaconisas da Casa Matriz, para o campo diaconal. Isso implica o reconhecimento da diversidade de ministérios e, obviamente, também um questionamento do ministério pastorcêntrico. Em alguns campos de trabalho essa diversidade foi de grande proveito; em outros, nem sempre a aceitação de um outro ministério específico foi e está sendo fácil.

d) Como resultado desse desenvolvimento rumo a uma diversidade de ministérios está a aprovação, no XVIII Concílio de Pelotas, do Estatuto do Exercício Público do Ministério Eclesiástico. Trata-se do reconhecimento de fato e de direito

de que o ministério eclesiástico não é idêntico ao ministério pastoral, mas que o mesmo existe sob formas diversas. Conseqüentemente, também a ordenação não é mais direito exclusivo dos pastores.

e) Até agora me referi apenas a resultados de cunho institucional. Na vida das comunidades nada aconteceu? Sem dúvida nenhuma, houve muitos frutos dessa teologia orientadora no convívio e na missão das comunidades. Fruto disso é, por exemplo, o incentivo à organização de grupos nas comunidades, como temos aqui na Comunidade de São Leopoldo. Pois uma das estratégias para fomentar a comunhão entre os membros era a constituição de núcleos de comunidade. Outro exemplo de onde essa idéia frutificou são os trabalhos que deram origem à Pastoral Popular Luterana. Pois uma das ênfases era a de que o discípulo é vivido não apenas entre as quatro paredes da igreja, mas em todas as situações de vida, principalmente lá onde essa realidade conflitua com vida digna, que é dádiva do Criador e que foi restituída em sua dignidade pela obra redentora do Cristo.

5. O Desafio que Permanece

Vinte anos se passaram. Quando hoje se menciona o termo “Catecumenato Permanente” a estudantes ou a membros de comunidade, muito poucos sabem de que se está falando. O que aconteceu? A IECLB abandonou aquela “teologia orientadora”? Afinal, ela realmente chegou a ser adotada como tal?

Sem dúvida nenhuma, aquilo que muitas pessoas identificadas com a idéia imaginavam e esperavam não aconteceu. Muito rapidamente se deixou de falar em Catecumenato Permanente. Os motivos são diversos. Um deles foi o questionamento do modelo de pastorado. Muitos pastores boicotaram a idéia, porque representava uma ameaça para eles mesmos. Também nas comunidades houve resistência, uma vez que mexeria em suas estruturas e em seu estilo de ser Igreja.

Parece-me, no entanto, que o motivo mais forte para o abandono da idéia foi o fato de que, ao invés de ser entendido como *idéia*, isto é, como uma teologia orientadora, o Catecumenato Permanente foi visto puramente como um programa. Para muitos, era mais uma imposição da cúpula que determinava como deveriam trabalhar e o que deveriam fazer.

O Catecumenato Permanente, desde o início, não quis ser isso. Pelo contrário, é uma compreensão de ser cristão e de ser Igreja. Por isso o Catecumenato Permanente nunca poderá morrer, mas seu desafio permanece para sempre. Quero, para finalizar, apontar alguns desafios que permanecem para nós hoje.

a) A Escola Superior de Teologia (EST) como instituição surgiu no período posterior à implantação do Catecumenato Permanente. Ela incorpora em seu meio diversos institutos que preparam pessoas para diferentes ministérios específicos: a música, a educação cristã, o pastorado, a pesquisa e a docência, além da capaci-

tação do membro para o exercício do seu ministério. Além disso, em breve, estaremos participando também da preparação para o ministério diaconal. Portanto, aqui na EST nós podemos exercitar o convívio de diferentes ministérios. E temos a tarefa de criar entre os estudantes a consciência da diversidade de ministérios.

b) Está na mesa de discussão dentro da IECLB o tema “Ministério compartilhado”. Este tema é o desenrolar lógico do reconhecimento de diferentes ministérios específicos como desdobramento do ministério único da Igreja. Também neste ponto continua bem presente algo para o qual a idéia do Catecumenato Permanente já apontara com muita clareza, ou seja, que o ministério não é monopólio de um grupo de pessoas — no caso, os pastores — e que a missão e o testemunho da Igreja saem enriquecidos onde o ministério, que é da comunidade toda, é compartilhado entre diversos ministérios específicos e o sacerdócio geral de todos os crentes.

c) Junto com o ministério específico está o sacerdócio geral de todos os crentes. Mesmo que este termo não fosse tão usado em conexão com o Catecumenato Permanente, este tópico central da teologia luterana permeava toda a sua teologia. Neste aspecto há investimentos sendo feitos. O Instituto de Capacitação Teológica Especial (ICTE) é um exemplo bem concreto. Quero apontar também para o projeto “Ação com Leigos” na RE VI. Redescobrir a importância do sacerdócio geral de todos os crentes e investir nisso é compromisso fundamental com a teologia da Reforma e é dar continuidade a um dos aspectos enfatizados pelo Catecumenato Permanente.

d) Os pastores ainda são o maior número de obreiros e a Faculdade de Teologia é o maior instituto da EST, em termos de número de estudantes. Com isso os pastores — e também já os estudantes de Teologia — correm o risco de pensarem que detêm o monopólio do ministério. Urge levar a sério uma antiga idéia presente já há 20 anos atrás e romper com o pastorcentrismo. Para os obreiros pastores ocorreram algumas alterações nos últimos anos: a implantação do Período Prático de Habilitação ao Pastorado (PPHP), o novo currículo. É fundamental que essas inovações sejam fecundadas por este espírito: receber uma boa formação teológica para poder contribuir, no pastorado, para que a comunidade seja uma possibilidade de vida em comunhão e ofereça subsídios para a vivência do discipulado no dia-a-dia.

e) No âmbito da educação cristã, o Catecumenato Permanente aproveitou novos impulsos que vinham da área pedagógica, principalmente com Paulo Freire. Neste campo permanece o desafio de se investir na educação cristã como um processo de ensino-aprendizagem contínuo e participativo que não se limita a determinada faixa etária. Além disso, o desafio de aproveitar novos impulsos da pedagogia, por exemplo do construtivismo. E também a contribuição da e a colaboração com a educação popular. Neste sentido o convívio com a Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC) e a implantação de um Centro de Recursos no âmbito da EST poderão ser de grande valia.

f) Com o fechamento do CEM a partir de 1991 abriu-se uma grande lacuna na produção de material. O Departamento de Catequese continua fornecendo subsídios para o trabalho com crianças, principalmente. E há outros setores produzindo material, por exemplo o Departamento para Assuntos da Juventude. E há também confecção de material a nível paroquial, distrital e regional. Isso não deve ser menosprezado. Mas há necessidade de se repensar a produção de material para o trabalho em geral, como ocorria na época do CEM, por exemplo em torno do tema do ano e das prioridades da IECLB.

Bastam estas colocações. Vinte anos não são uma data tão comemorativa como o são um cinquentenário ou um centenário. Mesmo assim vale a pena tomar esta data como ensejo para retomar uma idéia que norteou a atuação da IECLB em anos passados e que ainda poderá servir de estímulo nos dias atuais.

Martin Volkmann
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS